

***DIRETRIZES  
GERAIS PARA  
ELABORAÇÃO  
DE UM PLANO  
DE GOVERNO.***

***PARA O CEARÁ  
SEGUIR MUDANDO***

**GOVERNADOR** ★  
***Camilo*** **13**  
**VICE: IZOLDA**

## DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE GOVERNO

### PARA O CEARÁ SEGUIR MUDANDO

A COLIGAÇÃO PARA O CEARÁ SEGUIR MUDANDO, com o objetivo de atender à Legislação Eleitoral e de expressar os compromissos programáticos que fundamentam a sua constituição, apresenta nestas diretrizes programáticas gerais, as bases para a elaboração do PLANO DE GOVERNO, para o período 2015/2018. Registramos que a Coligação Para o Ceará Seguir Mudando atenderá alguns princípios norteadores para elaboração do referido documento, destacando-se a participação popular, com o envolvimento dos diversos setores da sociedade cearense nos vários encontros que se realizarão durante a campanha eleitoral, com o objetivo de se obter ideias e sugestões de políticas que possam ser incorporadas para aperfeiçoar o Plano. Outro princípio balizador a ser utilizado é o da eficácia, no sentido de que os instrumentos e mecanismos de políticas públicas devem ser aperfeiçoados e refinados, de modo que se possa obter deles o melhor em termos de resultados para a sociedade. Princípios igualmente importantes como o da seletividade e sustentabilidade deverão, também, orientar a formulação do referido documento.

A Coligação Para o Ceará Seguir Mudando tem como premissa básica o reconhecimento de que, apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, ainda existem importantes desafios que precisam ser enfrentados para que o Ceará possa alcançar patamares ainda mais elevados de desenvolvimento econômico e social, de forma a proporcionar uma condição de vida mais digna para toda a sua população, especialmente a mais carente.

Outro pressuposto importante que se assume no Plano se refere ao compromisso do Governo em concluir e validar a nova Proposta com a sociedade. A ideia, portanto, é implementar a estratégia do planejamento participativo a partir do envolvimento da população nas decisões do Governo.

Os indicadores existentes nas mais diversas áreas mostram que o Estado experimentou evolução significativa nos últimos anos. No entanto, outros índices não progrediram da forma esperada, constituindo-se, assim, em desafios a serem superados.

Do ponto de vista econômico, o Estado tem vivenciado um forte dinamismo de sua base econômica, impulsionado, por um lado, por grandes investimentos públicos e, por outro, por programas de transferência de renda que se inserem na estratégia do Governo Federal de combate à pobreza. Assim, os investimentos públicos e as transferências têm trazido grande impulso ao consumo de massa no Estado, sobretudo nas classes de menor poder aquisitivo,

com rebatimentos importantes na estrutura produtiva estadual. Esse processo tem acelerado o desenvolvimento econômico e social, mas não tem sido capaz de resolver o problema da elevada concentração econômica na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF.

O foco dos investimentos públicos do Estado foi estabelecido nos grandes projetos estruturantes, destacando-se os investimentos em recursos hídricos, melhoria e duplicação de estradas, porto do Pecém, aeroportos regionais, energia eólica, dentre outros. Na área social, os investimentos públicos também foram expressivos, especialmente nas áreas de educação e saúde, podendo-se destacar como empreendimentos mais significativos os hospitais regionais, as policlínicas, as UPAs, os Centros de Especialidade Odontológica, a expansão do SAMU, as Escolas de Ensino Profissionalizante, a ampliação da oferta de equipamentos educacionais, dentre outros. Ademais, cabe destacar também a melhoria das condições dos domicílios, proporcionada pelos investimentos direcionados para construção de novas moradias, bem como para ampliação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica.

Outro avanço importante na área social diz respeito ao comportamento dos indicadores de pobreza e extrema pobreza, os quais apresentaram uma queda significativa nos últimos anos (para se ter uma ideia, entre 2006 e 2012, o Ceará reduziu em 40,8% a proporção de pobres) com aumento dos rendimentos e inclusão produtiva das camadas mais desfavorecidas da população cearense. Na realidade, esse fenômeno foi proporcionado pelo crescimento econômico do Estado, coadjuvado por outros fatores como estabilidade da moeda, expansão do crédito, valorização do salário mínimo e as transferências governamentais, decorrentes de programas assistenciais do Governo Federal.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, deve-se reconhecer que há desafios importantes a serem vencidos nos próximos anos, principalmente os relacionados aos baixos níveis de rendimentos e necessidade de geração de grandes volumes de empregos formais. De forma mais específica, é possível considerar que o cerne da problemática existente reside no fato de o Estado possuir aproximadamente 4,5% da população brasileira, enquanto a sua economia representa apenas 2,21% do total do País. Isto gera uma disparidade importante entre o padrão médio de vida dos cearenses em relação aos habitantes dos Estados relativamente mais desenvolvidos. Certamente, esse quadro induz à necessidade de o Estado continuar a ampliar a sua base econômica e melhorar os seus indicadores sociais mais rapidamente que a média nacional.

Diante disso, pode-se definir na concepção do Plano da Coligação Para o Ceará Seguir Mudando uma visão de futuro do Estado, assentada no pressuposto do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, com forte participação da sociedade. Com essa perspectiva é que foram delineadas os sete eixos abaixo especificados:

## O CEARÁ SAUDÁVEL

- Aperfeiçoar os serviços de saúde em atenção primária (Unidades Básicas, SAMU, hospitais de pequeno porte);
- Aperfeiçoar os serviços de saúde em atenção secundária (redes assistenciais de especialistas, central de laudos, UPAs, hospitais de médio porte);
- Aperfeiçoar os serviços de saúde em atenção terciária, cujos atendimentos se referem a situações demandantes de alto adensamento tecnológico e especialização de conhecimento; focando em eficiência máxima de recursos através da referência para as cadeias anteriores quando do menor adensamento de atenção;
- Consolidar a estrutura do sistema de saúde do Estado, ampliando a articulação com os municípios e instituições privadas e assistencialistas;
- Construir Unidades de Retaguarda para as macros regiões de saúde, objetivando proporcionar atendimento humanitário e especializado aos pacientes com tratamento de longa duração;
- Estimular a criação de novos parques públicos e aperfeiçoar o manejo dos existentes, possibilitando que a população possa usufruí-los para obtenção de uma vida mais saudável;
- Formular uma estratégia em articulação com os governos municipais para despoluição dos recursos hídricos do Estado, bem como de suas praias, possibilitando o uso seguro pela população;
- Construir Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos na capital e interior;
- Aperfeiçoar o sistema de Gestão da Saúde, utilizando ferramentas na área de tecnologia, para melhorar o sistema de informação e integrá-lo com as gestões municipais;
- Ampliar o atendimento especializado ao idoso com políticas voltadas ao acolhimento e convivência;
- Ampliar políticas, em parceria com o Governo Federal e com os Governos Municipais, que melhorem as condições da população rural, com a facilitação do acesso à luz e à água;
- Ampliar e fortalecer a Política de atenção à criança e ao adolescente;
- Continuar o fortalecimento da Política Estadual de Esporte, com ênfase na juventude;
- Investir significativamente e de forma inovadora para a ampliação do percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, com ênfase naqueles com renda mais baixa, buscando também reduzir as disparidades existentes entre os domicílios urbanos e rurais;

- Integrar as políticas públicas federais, estaduais e municipais de saneamento de forma a reduzir a fragmentação e a promover uma maior efetividade de tais políticas.

## O CEARÁ SUSTENTÁVEL

- Ampliar e fortalecer as ações e projetos de melhorias e expansão da infraestrutura estadual (hídrica, energética, de transporte e comunicação, e logística) de modo a permitir o maior crescimento e o desenvolvimento da economia cearense e de suas regiões;
- Utilizar as conclusões dos documentos “Pacto das Águas” e do “Pacto pelo Semiárido”, liderados pelo Parlamento Cearense, com apoio do Governo estadual e validados com participação da sociedade, como diretrizes para o eixo da sustentabilidade;
- Implementar políticas de caráter permanente de convivência com o semiárido, tendo por base experiências bem sucedidas;
- Implantar Modelo de Gestão dos pequenos sistemas de abastecimento de água para as comunidades rurais, compartilhado com os municípios e as comunidades responsáveis, sob a liderança do SISAR;
- Articular o conhecimento científico existente nas Universidades com a experiência popular dos que habitam no semiárido para estabelecimento de planos e programas nessa área;
- Prosseguir com o desenvolvimento e consolidação do sistema de integração de Bacias Hidrográficas, por meio do Cinturão das Águas;
- Continuar ampliando a capacidade de acumulação hídrica do Estado;
- Manter, aprimorar e ampliar a estrutura de acesso a adutoras, que são canalizações de importância vital para o abastecimento das cidades, além de aumentar o acesso a poços;
- Incentivar o cuidado com a água, o reuso das águas, a recuperação de microbacias, a dessalinização da água salobra e a gestão compartilhada com a população para os pequenos sistemas de abastecimento das populações rurais;
- Reforçar no ensino básico a importância da água e da prevenção da degradação ambiental, investir na capacitação da população e na integração com o saber científico para desenvolver novas tecnologias, equipamentos e metodologias voltados para a convivência com o semiárido;
- Promover avanços institucionais visando solucionar problemas ligados à concessão e à regulação dos serviços de água e esgotamento sanitário;
- Fortalecer e ou desenvolver políticas educacionais e de incentivos que visam ao uso racional da água ao nível domiciliar, promovendo a redução do desperdício e da incidência de

doenças de veiculação hídrica;

- Estimular e dar suporte aos municípios cearenses para a implantação da estrutura operacional da implantação da coleta sistemática; a implantação da coleta seletiva; a apresentação da licença de instalação válida para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos, preferencialmente consorciada; e a apresentação de licença de operação válida para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos;
- Fortalecer e/ou desenvolver políticas educacionais que visam a disposição adequada do lixo ao nível domiciliar, promovendo a separação dos resíduos e estimulando a reciclagem;
- Fortalecer e/ou desenvolver políticas educacionais e de incentivo que visam o uso racional da energia elétrica nos domicílios cearenses, buscando a redução do desperdício e o aumento da renda disponível das famílias.

## O CEARÁ ACOLHEDOR

- Aperfeiçoar a qualidade do serviço público;
- Investir no acolhimento dos turistas que visitam o Estado;
- Implantar a cultura do planejamento participativo;
- Ampliar as ações de capacitação da população para o trabalho;
- Preparar o Estado para acolher melhor a população idosa que será cada vez maior em razão do aumento da expectativa de vida, aumentando a disponibilidade de clínicas especializadas, casas de acolhimento especializadas e espaços públicos adequados;
- Consolidar a Política de Assistência Social em articulação com as demais políticas, notadamente a de Segurança Alimentar e de Acolhimento ao Idoso;
- Fortalecer políticas de combate ao turismo sexual;
- Consolidação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência;
- Superar as desigualdades sociais e a pobreza com o aperfeiçoamento do modelo de políticas assistenciais, promovendo ações de enfrentamento às discriminações e preconceitos, e proporcionando às famílias cearenses o acesso à produção, à comercialização e ao consumo alimentar, incluindo alimentos diversificados, baratos e de qualidade;
- Consolidar a política da assistência social, articulando-a com as demais políticas públicas e com as instituições da sociedade;
- Promover uma maior articulação das políticas de assistência social do Ceará e de seus municípios com a política nacional definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

- Ampliar os programas de atenção ao idoso, aos deficientes e às pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando aprofundar as parcerias com o Governo Federal e com organizações não-governamentais;
- Aprofundar o Sistema Estadual de Segurança Alimentar (SISAN), instrumentalizando os municípios para a criação e ou o fortalecimento da atuação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar;
- Estimular um maior controle social das políticas de segurança alimentar;
- Promover uma maior articulação e colaboração das ações que visam a segurança alimentar e nutricional entre as esferas federal, estadual e municipal;
- Monitorar a situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área de segurança alimentar e nutricional nas diferentes esferas de governo;
- Fortalecer e ampliar a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, tais como: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos;
- Fortalecer e ampliar as ações de garantia de preços mínimos para alimentos;
- Estimular a compra de alimentos provenientes de núcleos produtivos regionais e locais;
- Assessorar os municípios para o estabelecimento de programa de orientação nutricional para escolas da rede pública municipal nos moldes do PNAE/CE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que busca contribuir para a construção da segurança alimentar e nutricional nas escolas da rede pública estadual do Ceará, promovendo a adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar;
- Promover a articulação de ações de segurança alimentar e nutricional do Estado com o Plano Brasil sem Miséria;
- Aprofundar as ações de programas como o Bolsa Família e o FECOP no Estado, visando ao aumento da renda das famílias de mais baixa renda e a redução da insegurança alimentar;
- Ampliar os serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- Implantar ou aprimorar os serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- Aprofundar políticas e programas que visam prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;
- Promover campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças

e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos;

- Ampliar a articulação das políticas de acolhimento institucional com as políticas básicas de educação, saúde e moradia, visando à proteção integral da criança e do adolescente e enfatizando o atendimento daqueles que vivem em situação de necessidade e que precisam de serviços especializados.

## **O CEARÁ DE OPORTUNIDADES**

- Ampliar a geração de emprego e renda para a população, com um olhar para a interiorização das oportunidades;
- Avançar no crescimento de forma mais equitativa do ponto de vista geográfico;
- Apoio do Estado no desenvolvimento da microempresa focada na produção de ovinos e caprinos, mel de abelha, piscicultura intensiva, indústria de calçados, móveis, floricultura, fruticultura, etc.;
- Ampliar a presença do Estado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, projeto de Transposição das Águas do São Francisco, Transnordestina, agricultura irrigada, agricultura ecológica, piscicultura intensiva em águas interiores, economia do mar, turismo cultural e de lazer, energia eólica, energia solar, entre outros;
- Promoção de ações de enfrentamento à discriminação quanto a gênero, raça e diversidade sexual e de fortalecimento de políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito às diferenças culturais e étnicas;
- Criação e efetividade das políticas de enfrentamento ao trabalho infantil;
- Criação de oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, notadamente para os segmentos em situação de maior vulnerabilidade, buscando a garantia da autonomia econômica e social dessas pessoas;
- Ampliar o acesso das famílias atendidas pelos programas sociais às demais políticas públicas;
- Manutenção dos níveis elevados de provimento de energia elétrica para os domicílios urbanos e rurais, ampliando a participação em programas como o “Luz para Todos” do Governo Federal;
- Aprimorar, aprofundar e fortalecer as políticas públicas de desenvolvimento da economia fundamentadas em ganhos de competitividade, para ampliar a geração de renda e riqueza, diminuindo a desigualdade de oportunidades entre as pessoas e as regiões e aumentando o bem-estar da população;

- Ampliar e fortalecer as ações articuladas com o Governo Federal, Governos Estaduais, especialmente do Nordeste, e governos municipais, visando a consolidação de programas e projetos estratégicos para o desenvolvimento da economia cearense e de suas regiões, otimizando a execução e os resultados das políticas estaduais;
- Aprimorar e fortalecer a políticas de incentivos e de investimentos públicos para favorecer o desenvolvimento de centros regionais dinâmicos e economicamente competitivos;
- Ampliar e fortalecer as ações voltadas ao aprimoramento do ambiente de negócios e os marcos regulatórios, reduzindo a burocracia e a ineficiência, estimulando o investimento privado e a criação de novos negócios;
- Ampliar as ações para o fortalecimento dos setores econômicos tradicionais a partir da modernização, do estímulo ao processo de inovação e a ampliação do conteúdo tecnológico em seus produtos e processos;
- Ampliar e fortalecer as políticas para diversificar a estrutura econômica cearense, estimulando novos setores e atividades de base tecnológica e mais voltadas à inovação;
- Aprimorar e fortalecer as políticas voltadas a estimular a transferência e a modernização tecnológica nos setores e atividades econômicas;
- Estimular e fortalecer as políticas de incentivos para atrair e desenvolver novos negócios, ampliando a quantidade de empresas, em especial as de base tecnológica e mais voltadas à inovação;
- Aprofundar e fortalecer as ações estaduais destinadas a estimular o desenvolvimento das exportações estaduais, estimulando uma cultura de exportação nas atividades produtivas, inclusive nas pequenas e médias empresas;
- Ampliar e fortalecer as políticas públicas voltadas às micro, pequenas e médias empresas cearenses, sejam elas agrícolas, industriais ou de serviços, estimulando e favorecendo seu surgimento, desenvolvimento e competitividade;
- Aprofundar as políticas e ações estaduais voltadas a expandir a oferta de mão-de-obra qualificada com formação técnica e superior, viabilizando e estimulando o maior estoque de profissionais de maior qualificação empregados no setor privado;
- Ampliar e fortalecer as políticas públicas no setor agrícola, especialmente a agricultura familiar, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações rurais;
- Ampliar e aprimorar as políticas públicas voltadas à introdução de novas tecnologias e produtos de maior valor agregado na atividade agrícola, diversificando a produção e ampliando os rendimentos gerados;
- Incentivar e fortalecer a ações de pesca e aquicultura, ampliando a produtividade e a qualidade dos produtos e garantindo a sustentabilidade ambiental das atividades;

- Ampliar e fortalecer as políticas indutoras do desenvolvimento da atividade de fruticultura, visando o mercado nacional e internacional;
- Ampliar e fortalecer as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo no Ceará, a partir da ampliação e melhoria da infraestrutura turística e da capacitação profissional;
- Ampliar e fortalecer as políticas públicas voltadas para ampliação do fluxo de turistas que visitam o Estado por motivo de férias e, em especial, por motivo de negócios;
- Promover o adensamento dos arranjos produtivos locais (APLs) mais competitivos;
- Definir os APLs prioritários para o desenvolvimento do Estado, integrando-os com os grandes investimentos;
- Implementar uma política de atração de investimentos para a área da ZPE;
- Estimular as oportunidades de negócios a serem gerados com a instalação do complexo siderúrgico;
- Estruturação da rede de empreendedores e fornecedores para fortalecer a articulação com as empresas do CIPP;
- Estímulo à organização dos pequenos produtores e da agricultura familiar, visando a agregação de valor à produção para o atendimento das demandas por produtos agrícolas no CIPP;
- Implantação de toda infraestrutura de suporte ao complexo industrial e às áreas urbanas e rurais dos municípios do entorno, a partir de um planejamento de curto, médio e longo prazo, buscando atender as principais demandas;
- Implementação do plano de mobilidade urbana para a região do CIPP, incluindo a acessibilidade e a criação de ciclovias que contemplem todo o CIPP;
- Desenvolvimento de intervenções que garantam o ordenamento urbano na área de influência direta do CIPP;
- Promoção e implementação dos instrumentos de gestão ambiental, tais como: fiscalização, monitoramento, licenciamento e controle;
- Tornar o Ceará autossuficiente na produção de energia elétrica através da utilização em capacidade máxima das usinas eólica e solar;
- Ampliar e fortalecer as ações articuladas com o Governo Federal, Governos Estaduais, especialmente do Nordeste, e governos municipais, visando a consolidação de programas e projetos estratégicos para a economia e o desenvolvimento regional e local, tais como: a Transnordestina e a interligação do Rio São Francisco;
- Ampliar e fortalecer as ações e projetos de melhorias e expansão da infraestrutura

urbana (habitação, saneamento, serviços públicos, espaços públicos de convivência, etc.) nas cidades cearenses, em parceria com os governos locais, aumentado o grau de urbanização de modo a melhorar a qualidade de vida, favorecendo ganhos de produtividade, o investimento privado, o surgimento, a atração e o desenvolvimento dos negócios.

## **O CEARÁ DA GESTÃO POR RESULTADO**

- Fortalecer a gestão das políticas públicas integradas;
- Qualificar os gastos no custeio da máquina pública;
- Aprofundar a gestão do investimento público trabalhado de forma mais compartilhada com o servidor público e a sociedade;
- Implementar o planejamento de longo prazo, com foco para um desenvolvimento mais equitativo no âmbito do território;
- Aprofundar a modernização institucional, utilizando ferramentas que possibilitem uma gestão mais transparente e mais compartilhada com a população;
- Fortalecimento do atual modelo de gestão democrático e participativo, garantindo-lhe os princípios fundamentais de ética, eficiência e transparência, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e o combate à corrupção;
- Ampliar e fortalecer a Gestão Pública por Resultados com o objetivo de tornar as políticas públicas eficientes nas realizações de resultados que focam na melhoria dos indicadores de qualidade de vida da população como um todo;
- Estimular a construção consensual e permanente de uma estratégia de desenvolvimento econômico a nortear a atuação integrada e articulada do Estado;
- Fortalecer o planejamento estratégico de médio e longo prazo, fundamentada no diálogo intragovernamental e do Estado com o setor produtivo e sociedade civil;
- Aperfeiçoar a metodologia de análise de impacto dos grandes investimentos estruturantes com objetivo de classificar prioridades;
- Aperfeiçoar as políticas públicas de incentivos fiscais focadas na geração de emprego e renda que favoreçam a redução das desigualdades econômicas e sociais;
- Fortalecer as políticas públicas que contribuam para o aumento na eficiência da arrecadação e para a otimização dos gastos públicos, contribuindo para o aumento da base econômica;
- Aperfeiçoar o sistema de Ouvidoria do Estado em todas as secretarias e vinculadas com o objetivo de reduzir o tempo e o custo de atendimento ao cidadão;

- Aperfeiçoar o portal da transparência com o objetivo de ampliar e facilitar o acesso às informações e serviços da administração pública estadual;
- Implantar um observatório de planejamento participativo que possa junto com a sociedade monitorar, acompanhar e avaliar as políticas públicas em ação.

## **O CEARÁ PACÍFICO**

- Planejar e consolidar o fortalecimento institucional dos órgãos de Segurança Pública;
- Definir a atuação da política de segurança pública de forma integrada com as demais políticas públicas atuando de forma sistêmica no território, criando nos locais mais vulneráveis ações relacionadas à segurança, saúde, educação, emprego e infraestrutura pública, envolvendo as Secretarias de Governo;
- Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do sistema de segurança pública, penitenciário e defensores públicos por meio de concurso público;
- Promover a qualificação e valorização do profissional de segurança pública;
- Estudar o fortalecimento do Programa Ronda do Quarteirão, baseado na cultura da paz e não violência;
- Consolidar o Programa Em Defesa da Vida;
- Incrementar o processo de interiorização da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Perícia Forense;
- Incentivar as práticas de mediação de conflitos nas comunidades, escolas, etc.;
- Contribuir com a requalificação dos espaços públicos;
- Planejar e implementar ações de combate ao tráfico e uso de drogas ilícitas;
- Ampliar e integrar, com as outras políticas públicas, a política de enfrentamento à problemática das drogas, criando nas várias regiões do Estado um Centro Integrado de Referência sobre Álcool e outras Drogas;
- Estabelecer parcerias permanentes com o Governo Federal, através do Programa “Crack é possível vencer” e com os governos municipais;
- Continuar as ações no combate ao turismo sexual e efetivar o programa de policiamento na área rural diante do aumento da presença de drogas;
- Criação do Instituto de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará - IPESP, criando um grupo técnico de excelência para pesquisa e estratégia de segurança pública e de apoio à SSPS através de estatísticas e acompanhamento de indicadores;

- Criação de Comitê de Gestão de Pessoas da Segurança Pública com objetivos de avaliar as necessidades dos policiais, criando e/ou avaliando benefícios indiretos: plano de saúde, escolas, plano de cargos e salários, plano de meritocracia;

- Desenvolvimento de um SISTEMA GESTOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Esse sistema deverá ter a capacidade de saber “quantos e onde estão posicionados cada PM e PC, carros, motos, equipamentos em qualquer dia do ano, bem como todas as operações realizadas no estado do Ceará com acompanhamento de resultados, além de acompanhar, monitorar e avaliar a performance das Áreas Integradas de Segurança;

- Instituir um plano de presença territorial do Estado, principalmente nas áreas de maior risco.

## **O CEARÁ DO CONHECIMENTO**

- Apoio à expansão do atendimento à educação infantil nos municípios cearenses, tendo em vista a construção de Centros de Educação Infantil e implementação da educação voltada para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e não-cognitivas da criança;

- Desenvolvimento de políticas de apoio às famílias no desenvolvimento infantil nos estágios iniciais da vida da criança (0 a 3 anos de idade), focando especialmente as famílias vulneráveis e monoparentais;

- Apoio às práticas de desenvolvimento infantil para as famílias vulneráveis na zona rural do estado do Ceará;

- Desenvolvimento de políticas de formação continuada dos profissionais da educação infantil nos municípios;

- Desenvolvimento de ações intersetoriais com as áreas da saúde e assistência social para o melhor desenvolvimento da criança;

- Apoio às políticas de aprendizagem escolar focadas no aumento das habilidades dos estudantes em língua portuguesa e matemática desde o primeiro ano do ensino fundamental;

- Desenvolvimento de políticas voltadas para a redução do abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental;

- Apoio à expansão do atendimento à educação fundamental em tempo integral;

- Introdução de atividades extracurriculares que desenvolvam habilidades cognitivas e não-cognitivas dos estudantes (dança, música, xadrez, esportes e etc.);

- Desenvolvimento de políticas de formação continuada dos profissionais da educação fundamental nos municípios;

- Desenvolvimento de políticas de incentivos aos estudantes na educação fundamental com o objetivo de fortalecer a transição do ensino fundamental para o ensino médio;

- Acompanhamento da saúde física e mental dos estudantes do ensino fundamental, especialmente estudantes dos anos finais, tendo em vista que os mesmos estão no início da puberdade;

- Apoio à expansão do ensino médio integral com o desenvolvimento de atividades extracurriculares no contraturno escolar focadas na ampliação do conhecimento dos estudantes e de suas perspectivas de futuro (plano de vida, orientação vocacional, tomada de decisão, socialização e etc.);

- Desenvolvimento de políticas de incentivos aos estudantes do ensino médio e profissional com foco na conclusão do ciclo da educação básica;

- Desenvolvimento de estratégias para a redução do abandono e evasão escolar no ensino médio e profissional;

- Desenvolvimento de políticas de formação continuada dos profissionais do ensino médio e profissional;

- Articulação das políticas intersetoriais como as áreas de saúde e assistência social no apoio às famílias de estudantes em condição de vulnerabilidade social e monoparentais;

- Acompanhamento da saúde física e mental dos estudantes do ensino médio e profissional, focados nas ações afirmativas e de formação do cidadão;

- Desenvolvimento de políticas de incentivos à participação dos estudantes do ensino médio no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;

- Desenvolvimento de estratégias para estudantes de altas habilidades que contemplem o aproveitamento de suas habilidades;

- Consolidar a rede de educação profissional integrada no estado do Ceará;

- Expansão do atendimento à demanda por educação profissional integrada no Ceará;

- Desenvolver mecanismo para a alocação e atualização permanentes dos cursos técnicos e currículos da educação profissional, estruturados em ampla pesquisa e fontes de informações do contexto regional e potencial dos municípios;

- Desenvolver parcerias com o setor produtivo na consolidação da educação profissional no estado do Ceará;

- Desenvolver mecanismos para monitorar e inserir o egresso da educação profissional no mercado de trabalho;

- Desenvolvimento das habilidades dos estudantes da educação profissional quando ao empreendedorismo;



- Promoção de ações para articular o ensino médio à educação profissional, privilegiando áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado;
- Desenvolvimento de ações voltadas para os estudantes com necessidades especiais, focando principalmente no acesso à educação de qualidade;
- Estabelecimento e implementação de política de formação continuada para profissionais da educação especial;
- Expansão da rede de educação especial nos municípios cearenses;
- Desenvolvimento de políticas socioeducativas e assistenciais aos estudantes com condições especiais em condição de vulnerabilidade social;
- Acompanhamento da saúde física e mental dos estudantes em condição especial, focados nas ações afirmativas e de formação do cidadão;
- Desenvolvimento de estratégias intersetoriais com as áreas de saúde e assistência social de apoio às famílias de estudantes com necessidades especiais;
- Apoio à gestão municipal no tocante ao desenvolvimento dos planos municipais de educação e de projetos educacionais;
- Implementação de políticas de incentivos às melhores práticas na educação no estado do Ceará;
- Desenvolvimento de política de formação continuada dos gestores escolares;
- Ampliação e aperfeiçoamento da parceria entre governos municipais e o estadual na oferta de uma educação de qualidade;
- Expansão e aperfeiçoamento da tecnologia da informação nas unidades escolares com o objetivo de aumentar o acesso à informação e tecnologias voltadas para a ampliação do conhecimento;
- Desenvolvimento de ferramentas de apoio à tomada de decisão baseada no uso eficiente dos recursos públicos para auxiliar a gestão escolar;
- Fortalecimento e monitoramento das avaliações e monitoramento da educação básica no Ceará;
- Desenvolvimento de práticas experimentais com foco na melhoria do aprendizado do estudante;
- Desenvolvimento de um sistema administrativo de monitoramento de todos os estudantes da educação básica, fazendo o acompanhamento (escolar, social, familiar e etc.) dos estudantes desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio;
- Fortalecer a política estadual de atenção à criança e ao adolescente em consonância

com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Expandir espaços públicos de lazer para a juventude;
- Utilizar as condições naturais favoráveis do Estado para a prática esportiva ampliando os programas sociais voltados para essa área;
- Desenvolver e fortalecer políticas públicas de cultura, voltadas para a formação, produção e difusão das atividades culturais;
- Buscar a consolidação do calendário de eventos culturais (tradições, saberes, fazeres e talentos) das diversas regiões do Estado;
- Promover políticas públicas focadas nos interesses e necessidades da juventude cearense;
- Reestruturar o sistema de ciência, tecnologia e inovação público estadual – SECITECE, NUTEC, FUNCEME, FUNCAP –, criando as carreiras de gestão, planejamento e infraestrutura em ciência, tecnologia e inovação;
- Aprimorar o marco legal estadual em ciência, tecnologia e inovação;
- Apoiar a transformação do campus da Universidade Federal do Ceará em Sobral na Universidade Federal da Região Norte do Ceará;
- Apoiar a expansão do ensino superior público federal no Estado do Ceará;
- Interiorizar as ações de ciência, tecnologia e inovação;
- Expandir e consolidar a pós-graduação stricto sensu nas universidades estaduais;
- Incentivar e apoiar a consolidação do ecossistema de inovação no Estado;
- Institucionalizar o Programa de Popularização da Ciência, incentivando os alunos do ensino fundamental ao estudo das ciências básicas;
- Articular os programas de educação superior aos de educação básica;
- Consolidar a infraestrutura de pesquisa científica e inovação nas universidades e instituições de ciência e tecnologia;
- Dar continuidade ao programa de formação do corpo docente das universidades estaduais;
- Incentivar e apoiar a inovação tecnológica em áreas estratégicas ao desenvolvimento do Estado;
- Apoiar a consolidação do Parque Tecnológico de Saúde – FIOCRUZ e a implantação de um parque tecnológico em biotecnologia e de polos tecnológicos especializados;
- Instituir o Programa de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará com ações

transversais e articuladas;

- Propugnar junto ao Governo Federal a implantação no Ceará do Centro de Pesquisas Oceanográficas, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias – INPOH;
- Consolidar e ampliar as ações da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) voltadas para a formação de recursos humanos qualificados (Programas de Bolsas Acadêmicas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Fixação de Pesquisadores) e para o provimento de infraestrutura laboratorial para a pesquisa, serviços tecnológicos especializados e incentivo à inovação;
- Reestruturar e fortalecer a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME através da valorização das suas competências internas e parcerias com instituições de ensino e pesquisa, ampliando as pesquisas na área de variabilidade e mudanças climáticas, assim como estudos de adaptação e mitigação dos seus impactos nos setores da economia cearense;
- Reestruturar e fortalecer as ações da Fundação NUTEC através da valorização das suas competências internas e parcerias com os diversos setores da economia cearense e entidades governamentais;
- Reestruturar e fortalecer as ações do Geopark Araripe;
- Ampliar a oferta de educação para a promoção da inclusão e o respeito às diversidades (comunidades indígenas, quilombolas, educação do campo, etc.);
- Descentralização e fortalecimento do ensino profissionalizante, técnico e tecnológico;
- Ampliar e fortalecer a política de universalização e inclusão digital e informática;
- Buscar a universalização do acesso à internet para a população;
- Ampliar e diversificar as oportunidades de educação técnica e tecnológica;
- Instituir novas estratégias de acesso ao ensino universitário;
- Instituir um programa de apoio à inovação nas micro, pequenas e médias empresas atuantes nos diversos setores da economia cearense;
- Reformar e ampliar o número de museus e bibliotecas públicos no estado do Ceará.



GOVERNADOR   
**Camilo 13**  
VICE: **IZOLDA**